



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de São José da Tapera**  
Rua 13 de maio, sn



**REQUISIÇÃO DE PRECATÓRIO nº TJAL nº XXXX/ANO**

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS.**

Requisito o pagamento em favor do(s) credor(es) e no(s) valor(es) individualizado(s) em anexo, em virtude de decisão transitada em julgado, proferida nos Autos da Ação n.º: 0800067-31.2016.8.02.0036

Informo, outrossim, que não existem quaisquer recursos pendentes quanto aos valores contidos na presente requisição.

**1. Dados de Identificação**

---

Número do processo: 0800067-31.2016.8.02.0036

Origem/Foro Comarca/ Vara: Vara do Único Ofício de São José da Tapera

Ação: Processo Administrativo

Tipo da Requisição: Autor/ Credor / Sucumbencial

Natureza da obrigação (Assunto) TUA - CNJ: Pagamento

**2. Crédito**

---

Natureza do Crédito: **COMUM**

Valor originário: 26.360,30 ( Vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e trinta centavos).

Índice de juros ou da taxa SELIC:

Valor corrigido: R\$\*

Valor dos juros moratórios: R\$\*

Valor dos juros compensatórios: R\$\*

Despesas antecipadas: R\$\*

Amortizações: R\$\*

Valor total da requisição: R\$26.360,30 (vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e trinta centavos).

Data Base considerada para efeito da atualização monetária dos valores:

Data do reconhecimento da parcela incontroversa (se for o caso):

**3. Dados do Devedor**

---

Ente Devedor: Município de Carneiros/AL

CNPJ Devedor: 12.250.684/0001-69

Procurador: Roberta Pereira de Almeida

OAB: 11.407/AL



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de São José da Tapera**  
Rua 13 de maio, sn

#### 4. Dados do Credor

1. (1. A requisição de precatório será expedida individualizadamente, ainda que exista litisconsórcio. 2. Ao advogado beneficiário de honorários advocatícios contratuais terá seu percentual contratado destacado na mesma requisição do Autor/Credor, desde que o instrumento correspondente esteja juntado aos autos. 3. Em se tratando de honorários Sucumbenciais, este será objeto de requisição autônoma. 4. Em se tratando de vários beneficiários, listá-los na ordem de preferência do crédito)

Nome do Credor: Estado de Alagoas

CPF/CNPJ: 12.200.226/0001-15      Email: \*

Valor total devido ao beneficiário: R\$26.360,30 (vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e trinta centavos).

Origem: tributário

Tipo de vínculo: Ente federativo

Tipo de beneficiário: Ente federativo

Data de nascimento: Ente federativo

Superpreferência no pagamento (§2º do artigo 100 da CRFB – Beneficiário Idoso, Portador de Doença grave e Deficiente Físico): Sim/Não

Obs.:

2. Deficiente Físico e Portador de Doença Grave: apresentar laudo médico e exames.
3. Tutela, Curatela, Interdição: apresentar o correspondente título.
4. Perito: Juntar contrato de Honorário de Perícia, Registro profissional.

#### 5. Destino Bancário dos Valores Requisitados

Transferir os valores para subconta do Juízo de origem: Não

Os valores serão pagos diretamente ao beneficiário: Sim

Nome do destino bancário: SEFAZ DEP JUDICIAIS ESTA ALAGOAS      CPF/CNPJ:  
**12.200.192/0001-69**

Banco: 001 – Caixa Econômica Federal.      Agência: 2735      Conta Corrente: 71373-7      Op nº:006

E-mail para comunicar o pagamento: \*

#### 6. Beneficiários de honorários

Honorários Contratuais: Há decisão deferindo o destaque dos honorários contratuais nos termos do § 2º do art. 8º da Resolução-CNJ 303/2019: Sim

Nome: \*

OAB: \*      CPF/CNPJ: \*

Percentual de destaque:\*

Valor:\*



**ESTADO DE ALAGOAS  
PODER JUDICIÁRIO**

**Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de São José da Tapera**  
Rua 13 de maio, sn

file 67



Transferir os valores para subconta do Juízo de origem: Não

Dados Bancários do Advogado: Nome do Banco [REDACTED], Ag. Nº [REDACTED], C/C nº [REDACTED], OP.º [REDACTED].

**Obs.: Havendo determinação de destaque de honorários contratuais, a Vara de origem deverá encaminhar, anexo à requisição, o correspondente contrato de serviços advocatícios.**

## 7. Penhora

Em caso de penhora informar e juntar os seguintes dados e documentos:

Número da Ação Originária:

Tribunal de Origem:

Beneficiário da Penhora e CPF/CNPJ:

Valor em R\$ \_\_\_\_\_ Data de atualização  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## 8. Retenções Legais

### 1- Imposto de Renda Retido na Fonte: não

- a) O crédito se enquadra como Rendimento Recebido Acumuladamente - RRA, nos termos da Instrução Normativa 1127 da Secretaria da Receita Federal: Sim
- b) NM: 20 meses

### 2- Contribuição previdenciária: não

- a) Órgão previdenciário:
- b) CNPJ:
- c) Percentual de retenção:
- d) Valor de retenção:

### 3- Contribuição para o FGTS: Não

- a) Valor da retenção:

### 4- Outras contribuições: não

- a) Valor da retenção:

## 9. Informações Processuais

Data do ajuizamento do processo de conhecimento: 22/08/2016

Data de citação no processo de conhecimento: 07/06/2019

Data do trânsito em julgado do processo de conhecimento: 09/09/2022

Data do decurso do prazo para opor embargos/impugnação ou trânsito em julgado deste: Não Houve

Mod. Precatório 2022 - Endereço: Rua 13 de maio, sn, Centro - CEP 57445-000, Fone: 3622-1193, Sao Jose da Tapera-AL - E-mail: saojosedatapera@tjal.jus.br



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de São José da Tapera**  
Rua 13 de maio, sn

embargos.

## 10. Observações Finais

---

## 11. Anexos

---

- I - petição inicial;
- II - instrumentos procuratórios e/ou substabelecimentos;
- III - documentos pessoais dos credores e beneficiários;
- IV - mandado de citação cumprido;
- V - sentença do processo de conhecimento e acórdãos que a confirmarem ou modificarem;
- VI - certidão de trânsito em julgado do processo de conhecimento;
- VII - petição que inaugurou o processo de execução ou de cumprimento de sentença ou acórdão;
- VIII - embargos ou impugnação ao cumprimento de sentença ou acórdão;
- IX- sentença e/ou acórdãos dos embargos à execução ou impugnação ao cumprimento de sentença, ou, ainda, a decisão que homologou os cálculos apresentados;
- X- certidão do trânsito em julgado dos embargos ou impugnação ao cumprimento de sentença, ou decurso do prazo para sua oposição;
- XI- demonstrativos de cálculo que contenham todas as atualizações realizadas no crédito objeto da requisição, com valor do principal e dos juros de forma individualizada, bem como do percentual dos juros aplicados e do período de incidência;
- XII- Laudo Médico e Exames quando o credor for Deficiente Físico e Portador de Doença Grave;
- XIII- Dados referentes à determinação da penhora no Processo originário.

São José da Tapera, 06 de junho de 2023.

Leandro de Castro Folly  
Juiz de Direito